



**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DO VEREADOR WELLINGTON SABÓIA**

PROJETO DE LEI Nº 0294 / 2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação clara, visível e acessível, por parte dos estabelecimentos que ofertam ingressos para eventos culturais, esportivos e de lazer, quanto ao direito à meia-entrada e aos respectivos beneficiários, no Município de Fortaleza.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

Art. 1º Os estabelecimentos que ofertam ingressos para eventos culturais (teatros, cinemas, museus, circos e similares), esportivos (estádios, ginásios e similares) e de lazer (shows, parques de diversão, casas de espetáculos e similares), no âmbito do Município de Fortaleza, ficam obrigados a informar de maneira clara, visível e acessível ao público sobre o direito à meia-entrada e a identificar os respectivos beneficiários previstos em lei.

Art. 2º A informação de que trata o Art. 1º desta Lei deverá ser veiculada nos seguintes locais e formatos, de forma cumulativa:

I - em todos os pontos de venda de ingressos, sejam eles físicos ou virtuais, incluindo bilheterias, sites, aplicativos e outros meios de comercialização;

II - em cartazes, placas ou painéis informativos, com dimensões e caracteres que garantam a fácil leitura e visualização pelo público, fixados em locais de grande circulação e de fácil acesso nos estabelecimentos;

III - em materiais de divulgação dos eventos, tais como flyers, folders, anúncios em jornais, revistas e outros meios de comunicação;

IV - de forma oral, pelos atendentes nos pontos de venda físicos, quando questionados pelo público.

Art. 3º A informação sobre o direito à meia-entrada deverá conter, no mínimo:

I - a menção expressa ao direito à meia-entrada;

II - a identificação clara e objetiva de todos os beneficiários previstos na legislação federal, estadual e municipal aplicável, incluindo, mas não se limitando a:

a) estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino fundamental, médio e superior, públicas ou privadas;

b) idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

c) pessoas com deficiência e seu acompanhante, quando necessário;



34/2025

**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DO VEREADOR WELLINGTON SABÓIA**

- d) jovens de baixa renda com idade entre 15 e 29 anos, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e cuja renda familiar mensal seja de até dois salários mínimos;
- e) doadores regulares de sangue, conforme legislação específica;
- f) outros beneficiários previstos em leis específicas.

III - a indicação dos documentos comprobatórios válidos para a obtenção do benefício da meia-entrada para cada categoria de beneficiário.

Art. 4º Os estabelecimentos deverão garantir que as informações sobre a meia-entrada sejam apresentadas de forma destacada e em igualdade de condições com as informações sobre os demais tipos de ingressos e seus respectivos valores.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o estabelecimento infrator às seguintes sanções, aplicáveis de forma isolada ou cumulativa, na forma do regulamento:

I - advertência por escrito;

II - multa, no valor de 100 Ufirc, dobrada em caso de reincidência;

III - suspensão temporária da licença de funcionamento;

IV - cassação da licença de funcionamento, em caso de reiteradas infrações.

Art. 6º A fiscalização do cumprimento desta Lei e a aplicação das sanções dela decorrentes, observados os procedimentos administrativos próprios e garantidos o contraditório e a ampla defesa, serão exercidas pelos órgãos competentes do Poder Executivo Municipal, dentro dos limites de sua competência constitucional e legal, em especial aqueles dedicados à defesa dos direitos do consumidor, sem prejuízo da atuação concorrente de outros órgãos municipais no âmbito de suas respectivas atribuições e em conformidade com a legislação pertinente.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA EM

____ DE ____ DE 2025.

VEREADOR WELLINGTON SABÓIA
LÍDER DO PODEMOS na C.M.F.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO RECEBIDO EM:
06 MAI 2025 R. 41
SERVIDOR



0294/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DO VEREADOR WELLINGTON SABÓIA

JUSTIFICATIVA

A presente proposição de Lei visa garantir o efetivo acesso ao direito à meia-entrada por parte dos beneficiários previstos na legislação vigente, no âmbito dos eventos culturais, esportivos e de lazer realizados no Município de Fortaleza.

A presente iniciativa visa garantir maior transparência e efetividade na fruição do direito à meia-entrada, assegurado por diversas normas federais e estaduais, mas frequentemente violado em razão da omissão ou da insuficiência de informação prestada aos consumidores por parte dos estabelecimentos responsáveis pela comercialização de ingressos. A obrigatoriedade de divulgação clara e ostensiva das regras aplicáveis à meia-entrada, bem como da documentação exigida para a sua fruição, harmoniza-se com os princípios da publicidade e da boa-fé objetiva que regem as relações de consumo, nos termos do art. 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990).

Atualmente, observa-se, em muitos estabelecimentos que ofertam ingressos, uma carência de informações claras, visíveis e acessíveis sobre o direito à meia-entrada e sobre quem são os seus reais beneficiários. Essa falta de informação muitas vezes dificulta ou até mesmo impede que cidadãos que possuem o direito a pagar metade do valor do ingresso exerçam essa prerrogativa, seja por desconhecimento, seja pela dificuldade em obter as informações necessárias nos pontos de venda.

A obrigatoriedade de identificação clara e ostensiva sobre a meia-entrada e seus beneficiários busca suprir essa lacuna informacional, promovendo a transparência e o respeito aos direitos dos consumidores. Ao exigir que os estabelecimentos divulguem de forma ampla e em diversos formatos as informações relevantes, o presente projeto de lei visa facilitar o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer para estudantes, idosos, pessoas com deficiência, jovens de baixa renda, doadores de sangue e outros grupos previstos em lei.

A medida proposta não impõe ônus excessivo aos estabelecimentos, apenas os responsabiliza por fornecer informações adequadas e acessíveis ao público, em cumprimento ao princípio da transparência e da boa-fé nas relações de consumo. A clareza nas informações evitará transtornos, dúvidas e possíveis constrangimentos aos beneficiários da meia-entrada no momento da aquisição dos ingressos.

A presente iniciativa se alinha com o objetivo de democratizar o acesso a eventos culturais, esportivos e de lazer, reconhecendo o papel fundamental dessas atividades para o desenvolvimento social e o bem-estar da população de Fortaleza. Ao garantir que o direito à meia-entrada seja amplamente conhecido e facilmente exercido, esta Lei contribui para uma cidade mais inclusiva e com mais oportunidades para todos.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres colegas para a aprovação desta importante proposição.


VEREADOR WELLINGTON SABÓIA
LÍDER DO PODEMOS na C.M.F.

06 MAI 2025